

movimento de educação de base
conferência nacional dos bispos do brasil
rua são. clemente 385 - rio de janeiro-gb

~~XXXX~~
MEB
DOCUMENTAÇÃO

Chicaz
MEB. Documento dos Coord. s
sobre reestruturação do MEB
Rio de Janeiro, ago./1964.

D O C U M E N T O
apresentado à consideração do
CONSELHO DIRETOR NACIONAL
por
COORDENADORES DO MEB

Apresentamos ao Conselho Diretor Nacional do Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o presente documento, fruto de uma reunião da qual participaram diversos Coordenadores Estaduais do MEB, realizada no Rio de Janeiro, logo após a última Reunião do Conselho Diretor Nacional, em maio de 1964. Reunidos naquela ocasião para uma revisão e um planejamento de trabalho, julgamos ser oportuno elaborar um documento a ser encaminhado ao CDN, para relatar a experiência que vivemos nêstes três anos, prestar depoimento sôbre nosso trabalho e testemunhar nosso desejo de coerência com os princípios da fé cristã.

Protestamos nossa mais irrestrita submissão à Igreja Católica, que as autoridades hierárquicas representam na CNBB e no Conselho Diretor Nacional do MEB, unidos aos Bispos de toda a Igreja e ao Papa Paulo VI. Colocamo-nos na firme disposição de filhos que acatam os ensinamentos da Igreja e se abrem para o trabalho da concretização da Doutrina Social da Igreja, em função dos problemas sociais de Brasil. Enquanto fiéis, que dão testemunho, numa circunstância histórica de importância para a Igreja no Brasil, somos levados pelo nosso zêlo, a dar, filialmente, esta contribuição.

Nossa intenção é gerada por acreditarmos que o MEB se constitui num dos movimentos vivos da Igreja, numa experiência comunitária nova, numa eficácia testemunhada por frutos de conversão de pessoas e de formação de líderes, numa tentativa de educação que parte da vida e está imersa na realidade.

É êste desejo de coerência cristã, que nos move a esta apresentação. Acreditamos que, enquanto executores de um trabalho educativo tão específico, com conotações sociológicas que escapam a uma conduta educacional comum, podemos encaminhar a consideração da Hierarquia alguns subsídios que podem levar o trabalho do MEB a um aperfeiçoamento face à realidade e à experiência vivida.

Para nós estão explícitos os seguintes pontos:

1. Que o MEB é de criação da CNBB e que se deve pautar dentro de princípios cristãos; que a sua ação apostólica se fará através da ação educativa. (Parte 1ª. MEB e Igreja).
2. Que sua ação educativa é que lhe dá a nota formal, como fim imediato, e se realiza num momento histórico, com características próprias. (Parte 2ª. Movimento Educativo).
3. Que o MEB, enquanto se dirige a uma determinada população, pretende promover o homem em função de sua dignidade de filho de Deus, membro da Igreja e não pode aprovar, por isso mesmo, a presente estrutura social, que abrange todo o contexto do Brasil. (Parte 3ª. MEB e Povo).
4. Que sua estrutura interna e seu planejamento global são expressão da ação de conjunto da Igreja no Brasil e não podem ser

fragmentados, embora comportem e exijam adaptações locais. (Parte 4ª. Movimento Nacional).

Em consequência desses pressupostos e da vigência de uma injustiça social, que, no Brasil e na América Latina em geral, é fruto da estrutura social, esperamos continuar a merecer confiança por parte da hierarquia e do povo, aos quais nos apresentamos como membros de uma instituição educacional específica.

I - MEB E IGREJA

O MEB é uma instituição criada pela Igreja do Brasil; por isso, em nenhum de seus momentos, pode negar sua vinculação à Igreja, como não pode, também, desconhecer a realidade do Brasil. É nossa intenção esclarecer de que modo entendemos e vivemos o MEB.

A Igreja se coloca, universalmente, como Povo de Deus escolhido para que, através dEle, se revele a Palavra do próprio Deus. Como, antes da Revelação e Encarnação do Filho, o Povo de Israel foi escolhido para dar testemunho da existência e da proteção do Pai; assim, após a Redenção, a Igreja se constitui no Povo escolhido, dentre toda a humanidade, para testemunhar que tudo o que foi criado e que todos os homens têm a proteção do Pai e a filiação comunicada pelo Pai, na Encarnação e Redenção do Filho, consumados no Amor do Espírito Santo.

Assim como a história do Povo de Israel se constitui em História Sagrada, também a história da Igreja, nos tempos modernos, se constitui em história de um Amor que se comunica indefinidamente, revelando o Pai, o Filho e o Espírito Santo e congregando universalmente todos os povos. A Igreja se afirma na Comunidade de todos os que participam e crêem no Senhor Deus e se inserem, concretamente, no mundo para comunicar a todos o mistério da Palavra revelada: "Deus é Amor". A isso é que chamamos Evangelizar e, para tanto, todos nos constituímos apóstolos. Como Povo de Deus, a Tradição, a Escritura e as próprias exigências sociais e racionais nos levam a compreender a necessidade, já formulada pela Igreja no Direito Canônico, de vivermos numa estrutura onde se definam as responsabilidades que, hierarquicamente, cabem a cada membro da Igreja.

Todavia, torna-se cada vez mais claro que os modos de agir e de ser do Povo de Deus são passíveis de uma evolução que se faz através da História do Homem. Dessa forma, o Povo de Deus, compreendendo o Papado, o Episcopado, o Clero e o Laicato, mantém sempre, como finalidade, seu trabalho Pastoral. Concomitantemente, mantém viva a idéia de que esse trabalho acompanha a História e, guardando-se de frustrar a pregação da Palavra, cresce no espaço e no tempo, num evoluir que só admitirá um termo: a Parusia.

Embora a Pastoral seja missão de direta responsabilidade da Hierarquia, a sua realização é responsabilidade de todo o Povo de Deus, e como tal, ela comporta projetos e fases que se diversificam, na medida das necessidades dos homens a quem se dirige. Comporta, igualmente, uma formulação jurídica que lhe dá as garantias de eficácia e segurança.

Assim, tanto os projetos de Pastoral como suas fases de realização são de responsabilidade de todo o Povo de Deus, da Igreja. Nêles o Papado, o Episcopado e o Laicato têm suas tarefas específicas, que se devem realizar concretamente no mundo do Homem. A missão de revelar a realidade da vida da graça implica em necessidade de assumir

integralmente o mundo, assim como o Verbo de Deus assumiu integralmente a carne do homem, num testemunho único que realizou a Salvação.

Há, portanto, projetos pastorais e fases de crescimento e evolução desses projetos, onde a Igreja se realiza e cumpre sua finalidade. Eles existem sempre em função do homem e se transformam à medida que a criação se prolonga através dele.

Normalmente, a plenitude da vida da graça supõe o homem plenamente realizado. Por isso a necessidade da pregação impõe à Pastoral sempre, mas sobretudo em determinadas circunstâncias - tarefas de promover o homem para que ele possa penetrar melhor a luz da fé. Mas, tanto na formulação dos projetos pastorais como em sua realização, há fases em que as responsabilidades são assumidas diferenciadamente pelo Papado, pelo Episcopado, pelo Clero, ou pelo Laicato.

Entendemos o MEB exatamente como um Movimento educativo que o Episcopado brasileiro criou, em determinado momento de nossa História, porque encontrou o povo desprovido não só dos meios necessários à sua Salvação na vida da graça, mas até mesmo daqueles que lhe servem para sua integração na vida social e, conseqüentemente, para sua realização como homens. Salvar os homens no Brasil implica, necessariamente, em que se lhes dêem condições concomitantes de ser "homens". Embora a fé cristã do povo brasileiro seja uma tradição que alcança a profundidade de sua alma, sua vivência em áreas rurais tem aspectos de mística primitiva que pode desencadear modos de assumir a vida humana numa "espiritualidade de evasão", totalmente desconhecida da exigência de encarnação do cristianismo. (M.M. 238/241).

O trabalho educacional do MEB se coloca, então, essencialmente, como preparatório de uma missão especificamente evangelizadora, embora intimamente ligado a ela. Não a desconhecemos, nem a julgamos menos necessária, como não podemos assumir uma posição naturalista face à sociedade a que nos dirigimos. A inspiração do Movimento é inegavelmente cristã e, numa atitude cristã, pretendemos que os homens cheguem a uma fé adulta, assumida livre e conscientemente. A evangelização nunca foi fator de inibição para o trabalho, embora não se possa constituir em seu motivo próximo imediato.

O próprio fim sobrenatural e último do MEB exige o respeito às finalidades imediatas e intermediárias. (P.T.160). Ocorrem-nos, a propósito, as palavras de Paulo VI, em sua Mensagem de Belém: "Se o mundo se sente estranho ao Cristianismo, o Cristianismo não se sente, de modo algum, estranho ao mundo, qualquer que seja o aspecto sob o qual este último se apresente e qualquer que seja a atitude que ele adote em relação ao cristianismo". "A Igreja não faz outra coisa senão servir de intermediária para o Amor imenso e maravilhoso de Deus para com os homens".

Nosso trabalho educacional - porque se dirige a uma população que, na sua maioria, é católica, mas não o é na sua totalidade nem o é em toda a sua autenticidade -, tem que ser colocado nessa linha de respeito profundo aos passos intermediários que, necessariamente, levam ao fim último: o reconhecimento de Deus e da Igreja.

Enquanto tal, ele é um trabalho que o Episcopado promove junto com o Laicato, face a um mundo com todas as possibilidades de se integrar na Igreja, diríamos mesmo em parte integrado nela, ainda que com porte elementos distantes da Igreja e que, pela influência da vida moderna, poder-se-ão distanciar ainda mais dela, assim como elementos cuja integração é externa e formalista, correndo o risco de esvaziamento total. Daí a necessidade de nos colocarmos numa atitude consen-

tânea àquela em que a Igreja, pelo presente Concílio, se coloca face ao mundo: reconhecimento de seus valores e abertura total para integrá-lo na Mensagem de Amor do Evangelho (Projeto de Esquema XVII - A Igreja e o Mundo Moderno).

Assim agindo, não pretendemos outra coisa senão seguir as palavras de João XXIII, na Pacem in Terris: "A cultura atual salienta-se, sobretudo, por sua índole científica e técnica. Assim, ninguém pode penetrar em suas instituições se não fôr cientificamente competente, tecnicamente capaz, profissionalmente perfeito." (P.T.148).

Do mesmo modo, não desejamos merecer a observação que segue, dirigida àqueles que separam suas ações profissionais de seus princípios de fé: "Nos países de tradição cristã florescem, hoje, com o progresso técnico e científico, as instituições de ordem temporal e revelam-se altamente eficientes na consecução dos respectivos fins.

.....Entretanto, carecem de fermentação e inspiração cristã. Por outro lado, contribuíram não pouco e ainda continuam a contribuir pessoas que têm o nome de cristãos e que, pelo menos em parte, ajustam a sua vida às normas evangélicas. Como se explica tal fenômeno? Creemos que a explicação está na ruptura entre a fé e a atividade temporal. É, portanto, necessário que se restaure nelas a unidade interior e que, em sua atividade humana, domine a luz orientadora da fé e a força vivificante do amor". (P.T. 152).

O trabalho do MEB é vivido conscientemente, face a um povo que deve optar diante de diversos modos de estruturação social e de vida cristã. Assim, como não nos cabe impor determinadas fórmulas de estruturação social, não nos podemos servir do MEB para impor a fé cristã, vinculada à Igreja Católica, embora devamos propor ao povo oportunidades de conhecimento da verdadeira Fé e de adesão a ela.

Por outro lado, nossa consciência se mantém desperta para qualquer possibilidade de trair a mesma fé que vivemos e devemos testemunhar em nosso trabalho.

Cabe-nos sempre manter uma atitude de abertura e de generosidade face a um povo que se desenvolve, que se integra e que encontrará, na sua própria integração, a forma autêntica do exercício de sua fé.

Enquanto conscientes de que executamos, cristãmente, uma tarefa profissional específica, levamos ao CDN nosso reconhecimento pela oportunidade que tivemos de abrir novos caminhos da Igreja no Brasil. E confiamos em que o CDN compreenderá o que visamos como tarefa de leigos - participação na revelação da Palavra de Amor, do Histórico de Cristo - e nos assegurará a plena realização dessa tarefa. (IM244).

II - MOVIMENTO EDUCATIVO

Para nós, num sentido lato, a educação é um processo e, portanto, uma ação que visa a formar o homem. Ao contrário do animal, cujo desenvolvimento se realiza, unicamente, no plano biológico, que se adapta ao condicionamento do estreito meio físico em que vive, a ação humana, na medida em que atesta a sua dimensão racional ou de ser consciente e transcendente, surge como uma iniciativa original face ao mundo. Pela ação transformadora (apreensão de um objeto) o homem cria um mundo cultural e elege valores.

Nosso processo educativo visa a formar a pessoa, dentro de seu

mundo próprio, da cultura por ele criada, dos valores desta cultura, mostrando-lhe a possibilidade de escolha dos princípios mais adequados à sua realização.

Dizemos que a educação é histórica, porque a História é o campo real das ações humanas, isto, entretanto, não significa que os princípios da educação sejam relativos às etapas de cada cultura.

Mostramos a prioridade do homem sobre a educação e a sua situação cultural, exatamente porque a educação surge na vida humana tendo como fim o próprio homem. Quando se educa, objetiva-se formar o homem e não apenas transmitir-lhe a cultura já elaborada.

Comumente se entende por educação de base aquela que proporcione os conhecimentos mínimos para se levar uma vida humana. Apesar de correto, esta definição não nos basta, porque não explicita o que ela possui de mais radical. Básica é a educação que forma o homem na sua eminente dignidade de pessoa, decorrendo daí, como condição primeira, o direito de viver humanamente. Tomamos o termo básico no sentido do que está colocado em primeiro lugar, do que é fundamental, em fim, do que atinge o homem pela raiz. Se a educação de base pretende dar os instrumentos mínimos para se viver humanamente, ela não se afirma somente como uma educação inicial, mas parte do que é fundamental último. Assim, seu princípio primeiro é a exigência da pessoa se humanizar.

Em nosso trabalho, procuramos mostrar que a iniciativa humana, que transforma o mundo natural em mundo humanizado, é uma ação criadora na História. Na medida em que o homem é criador dessa ação cultural, é ele que faz a sua História. Do mesmo modo, à medida em que o homem é filho de Deus, faz-se da história humana uma história sagrada, encarnando o Verbo que a graça lhe transmite, santificando o mundo.

Em síntese, fazemos duas afirmações básicas:

. O campo real da ação humana é a História. Na medida em que toda a iniciativa temporal da pessoa é histórica, a educação surge como um processo histórico; coopera na formação do homem concretamente situado e datado.

. A experiência nos tem mostrado que o conteúdo do processo educativo pode variar na proporção direta das exigências do homem em diferentes épocas históricas. Entretanto, essas exigências atestam sempre a vocação transcendente do homem: pela mediação da História procurar sua realização total, na visão beatífica de Deus.

Dois são os aspectos que a educação de base sintetiza:

. O engajamento real, uma resposta às necessidades concretas de humanização "hic et nunc";

. a universalidade de seus fundamentos, para que, enquanto se personaliza na História, o homem possa sempre afirmar seu destino transcendente.

O MEB entende que somente é possível efetivar o processo educativo através da conscientização.

Conscientizar é dar a alguém consciência do que ele é (consciência de si), do que são os outros (comunicação das pessoas como sujeitos) e do que é o mundo.

Portanto, se em nossa ação educativa, levamos o homem a ter consciência de que é imagem e semelhança de Deus, fazemo-lo também engajar-se em seu mundo próprio - em sua cultura, em sua situação histórica - e ser, dentro dele, um agente criador. A partir desta situação cada pessoa poderá afirmar sua dignidade.

Para educar, o MEB deverá conscientizar. Para conscientizar não se pode abstrair da situação histórica e cultural em que se encontram os homens das regiões em que atua.

A não submissão do homem a um processo progressivo de desumanização, o modo como as populações rurais vêm assumindo a liderança de sua própria promoção na sociedade brasileira e a atitude de recusa a uma situação de injustiça social são provas da validade desse trabalho, que deve sua criação à preocupação da Igreja pelo homem.

III. MEB E POVO

O MEB é das poucas instituições educacionais do Brasil que, tendo uma perspectiva realista da situação social do povo e do seu papel decisivo na criação da cultura, procura atuar com consciência e seriedade para propiciar ao homem oportunidades de auto-promoção; evita a ação educacional diretivista, assim como qualquer posição política ou ideológica.

Isso é uma decorrência do fato de ser sua criação iniciativa da Hierarquia, confiada à responsabilidade de cristãos conscientes das exigências de sua fé.

A linha de trabalho que assumimos está dentro de uma preocupação com um Cristianismo seriamente vivido, e que exige um trabalho não de pura alfabetização e catequese estanques, mas um planejamento mais complexo que possibilite a conversão dos homens.

Preocupamo-nos em despertar u'a massa humana para sua conversão em Povo, única maneira de fazê-lo chegar a ser Povo de Deus.

Por isso, procuramos não nos prender aos esquemas convencionais de uma sociedade estratificada, mas ensinar o homem a colocar-se dentro dela como elemento único capaz de transformá-la, coerente com uma concepção cristã, assumida consciente e pessoalmente.

Sabemos agora, depois desses anos de trabalho, que o povo é verdadeiramente capaz de responder seriamente ao problema de sua promoção, desde que encontre os meios adequados para agir conscientemente.

A luta entre as classes existe no Brasil, como existe em toda a sociedade onde os desequilíbrios sociais causam conflitos entre os interesses dos diversos grupos, se não uma luta declarada, certamente uma tensão que degenerará em ódio aberto, na medida em que crescer a desesperança. Se temos obrigação de superá-la, segundo a Doutrina Social da Igreja, e não de admiti-la como norma da evolução, temos também de aceitar a realidade dos fatos, sem fugir à objetividade.

Nosso trabalho é feito numa faixa de ação onde há concorrência ideológica das mais diversas correntes (note-se que a Revolução de abril, por si mesma, não se constitui em fator que elimine a luta ideológica). Seria incoerente tentar evitar ou anular esse aspecto do trabalho. Os grupos que participam das decisões, numa estrutura como a do Brasil, usam de associações, grupos de pressão, política eleitoral e outros meios para se manter. As grandes parcelas da população sem domínio sobre as decisões econômicas e políticas, permanecem passíveis de serem exploradas, se não forem educadas para atuar efetivamente na sociedade (M.M., 77).

Todavia, as populações que atingimos evoluem para u'a melhor compreensão do processo social e nos obrigam a considerar o seguinte:

. O interesse despertado, nacional e internacionalmente, é traduzido em planos de trabalho de organismos federais, que se leva-

dos adiante, provocarão, nessas zonas subdesenvolvidas, o fenômeno de urbanização. As populações rurais adotarão uma conduta diferente em tôdas as suas reações culturais e entrarão muito mais rapidamente numa esfera de influência onde a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão operarão transformações de mentalidades, orientando aquelas populações para uma vivência que já é comum nos centros urbanos;

a "urbanização" das populações rurais impossibilitará a vivência de uma fé pouco esclarecida. O homem assim envolvido por uma nova estrutura social não conseguirá manter o exercício de um devoçionismo que terá perdido seu lugar e que se mantinha apoiado nos condicionamentos rurais. Sua fé, assim como sua vida social, terão que buscar uma motivação mais adequada. Seu relacionamento com os outros far-se-á numa sociedade tecnicizada, que usa de uma simbologia própria da civilização moderna. É aí que terá de exercer sua fé. (M.M. 133/136).

Junto a esse povo, o MEB terá de testemunhar a honestidade de seu trabalho e a coerência dos compromissos que assume, desde que pretenda identificar-se com ele, num trabalho de autêntica educação para o desenvolvimento.

Enquanto Movimento de natureza cristã êle representa a Igreja que se preocupa com o Povo de Deus, encarnado em lugar e tempo determinados: o MEB é uma figura da Igreja para dar testemunho de caridade.

Preocupa-se o MEB com uma população predominantemente rural, carente de instrumentos culturais e o povo deve participar na elaboração de seu trabalho. Não se pode identificar o MEB com qualquer instituição paternalista. "Para atuar cristãmente no campo econômico e social, a educação dificilmente mostrar-se-á eficaz se os que a recebem não tomam nela parte ativa e se não fôr dada também através da ação" (M.M. 242).

O MEB surgiu em função de uma realidade nacional que necessita de transformações urgentes porque, subjugando o homem, o priva de sua dignidade e o coloca à margem do processo histórico. Consciente de que a promoção dêsse homem só tem sentido se êle mesmo a assumir, o MEB, engajado com o povo nesse trabalho de mudança social, estabelece um compromisso "sui generis" com esse mesmo povo.

Essa participação foi tentada de forma sistemática, com experiências desiguais, nas diversas áreas. Para que ela se torne mais efetiva é necessário que a própria estrutura do MEB seja mais permeável à presença dos educandos nas várias fases de seu trabalho. Assim, não cairemos no risco de "representar" o povo. O MEB deve propiciar, em seu funcionamento normal, os recursos necessários para a presença constante das comunidades num sistema eficiente de comunicação de problemas e de encaminhamento de soluções.

Temos de considerar que a maioria do povo, e suas condições de vida, de cultura, de espiritualidade, sofre e vive tôdas as transformações que as condições da sociedade brasileira lhe impõem. Ainda que desprovido de meios de expressão, êle percebe as diferenças — de condições e luta para elevar seus padrões de vida, adquirindo, pela própria dificuldade de se fazer ouvir, uma consciência histórica, que lhe é inerente (*). Por outro lado, há classes sociais que não entendem essas transformações e mesmo se opõem a elas (há mesmo, dentre

(*) Consciência histórica, aqui, significa tomada de consciência dos sinais de Deus ao nosso tempo.

os católicos, certos grupos que (agem assim), impedindo o atendimento que a consciência cristã exige. Por isso é inevitável que um trabalho como o do MEB encontre dificuldades até em certas áreas católicas.

Enquanto membros do MEB, procuramos não nos constituir em intelectuais distantes da vida do povo, porque temos por missão explicitar, corrigir e aperfeiçoar sua conscientização que tem sua raiz num desejo de progresso que só Deus pode inspirar.

A estrutura de funcionamento do MEB tem de levar em conta estes aspectos para não incidir num erro de paternalismo, onde o povo seja entendido como alguém a quem se tem de dar alguma coisa para que não se transforme em fator de conflitos.

A totalidade do povo engloba diversas classes sociais e um trabalho de Igreja não pode ignorar essa universalidade. O MEB, porém, foi criado para atender a uma parcela da população, a mais desfavorecida.

Dentro dessa perspectiva, é urgente que outros organismos promovam, nas outras parcelas da população, as condições de maior abertura para os problemas sociais. Um movimento como o MEB tem o dever de evitar atitudes de agressão desnecessárias e temos consciência de, como norma, ter procurado agir assim até o presente. Contudo, na medida em que não contamos com a colaboração de outros organismos, que se dediquem às outras faixas da população, não poderemos esperar que a atuação do MEB, que não pode ser inócua, deixe de despertar ressentimentos por parte dos que ainda não o compreendem.

Não é o MEB que causa conflitos, mas é a própria estrutura social brasileira que é injusta. Não podemos, ao educar, esconder uma verdade.

É de se notar que os ressentimentos sempre partem das classes latifundiárias, da burguesia industrial e das classes médias. Uma boa parte delas está pouco preparada para uma atitude de coerência com os princípios cristãos de justiça. Os "valores" que lhes dá a sociedade capitalista, também profundamente marcada de materialismo, parecem ameaçados quando são denunciados como insuficientes para uma coerência cristã na vida social.

São fenômenos sociologicamente explicáveis. Se ao MEB não cabe acentuar divergências, cabe-lhe, contudo, a promoção de um diálogo entre as classes sociais, reservando-se a proclamação dos direitos das classes menos favorecidas. Exatamente porque visamos concretizar no Brasil a Doutrina Social da Igreja, não desejamos que as populações que atendemos julguem ilusória a possibilidade de sua promoção humana. Cabe-nos ajudar essas populações a concretizar essa possibilidade, através do que Pio XII chamou a "luta leal pela defesa de seus direitos" (Ver também P.T. 35/36).

IV - MOVIMENTO NACIONAL

A vastidão e a complexidade que o Brasil apresenta não nos devem enganar, fazendo-os crer em regiões problemáticas e encaminhamento de soluções estanques. As tentativas de ação local, que não levem em conta as necessidades de uma integração nacional, ou que ignorem as diferenças nas esferas cultural, social, política e econômica, reduzindo-se a uma soma de trabalhos pequenos e isolados nos Estados ou cidades, não poderão atender a uma finalidade global. Assim, como, a maioria de nossos problemas urbanos tem sua origem na estrutura econô

nica e social do campo, seria inútil tentar solucionar o problema de abastecimento dos centros urbanos, por exemplo, sem tocar na estrutura do crédito agrícola, ou sem aperfeiçoar a técnica de produção. Por outro lado, há zonas diferenciadas entre si que se situam geograficamente próximas e regiões com problemas semelhantes mas, geograficamente distantes. Os problemas resultantes das migrações são, também, em parte, causas de variantes, dentro de uma mesma área, e de aproximações entre áreas distantes.

Portanto, uma ação educativa, para ser eficaz, tem que levar em conta o estudo e a interpretação da realidade brasileira global, bem como a escolha adequada dos instrumentos pedagógicos a serem utilizados nessa ação, devendo preocupar-se com os problemas econômicos, políticos e sociais em escala nacional.

O MEB é um movimento nacional que procura colaborar na solução de um problema que se coloca em termos nacionais: a promoção do homem brasileiro que vive nas áreas subdesenvolvidas. A própria validade, que faz apêlo à existência do MEB, exige uma unidade de ação. Essa unidade, no entanto, refere-se ao que o movimento tem de essencial mas requer a heterogeneidade de suas partes.

A unidade de fins e objetivos, de métodos, de estrutura e de administração é estabelecida realisticamente, levando em conta o indispensável respeito às variações regionais e locais. Assim, os diversos sistemas locais pautam-se por planos elaborados de comum acordo com as equipes estaduais e são supervisionadas por estas. As equipes estaduais, por sua vez, colaboram na elaboração do plano nacional - levando em conta as necessidades locais - e o trabalho estadual é supervisionado pela equipe nacional. Dessa forma, sem que haja uniformidade de procedimentos, há unidade em todos os níveis do Movimento, mantendo-o basicamente o mesmo, apesar das adaptações necessárias.

Dentre as vantagens dessa unidade podemos destacar:

. Solução comum para problemas estruturais. A centralização dos estudos de problemas que exigem enfoque nacional, se feita levando em conta as realidades locais e na medida em que se recorre, como fazemos comumente, às equipes para conclusão desses estudos e apresentação dos respectivos projetos e planos, permite economia de tempo e de pessoal capacitado.

. Intercâmbio de experiências entre zonas caracteristicamente semelhantes, apesar de distantes geograficamente, muitas vezes. Uma estruturação nacional facilita o estudo comparativo das diferentes áreas, permitindo a avaliação da eficácia dos métodos e técnicas utilizadas em cada ambiente e levado a conclusões sobre a conveniência de sua generalização.

. Economia em organização. Desde que se evite uma centralização demasiada, muitos serviços devem ser organizados em âmbito estadual e mesmo nacional, permitindo a elaboração de critérios gerais, tais como seleção, treinamento e remuneração de pessoal etc.

Constatamos, no Brasil, um desnível cultural acentuado. A universalização da cultura - objetivo do MEB - visa exatamente extinguir esse desnível, o que não significa, no entanto, fazer desaparecer as diferenças culturais, já que a cultura, além de ser um fato social é, principalmente, um fenômeno pessoal.

Para que a universalização da cultura seja atingida, a experi-

ência nos tem mostrado ser indispensável que a interpretação da realidade e a escolha de caminhos para uma ação sobre essa realidade se baseiem em um conjunto de valores, os quais, integrados e orientados para o homem, garantem ao Movimento a unidade de objetivos e de orientação, bem como a unidade na escolha e utilização dos métodos.

Por outro lado, para nós, a ação educativa não se define somente a partir de uma concepção absoluta; ela é também função das condições reais das comunidades que pretendemos atingir. Por isto, nosso trabalho deve levar em conta, além das condições ecológicas, o nível de conscientização dessas comunidades e o nível de radicalização do conflito social.

Em que pese alguns erros cometidos na prática, a diversidade dos níveis de conscientização em que se encontram as comunidades a que atendemos, tem merecido nosso respeito necessário e justo. Por exemplo, na elaboração e nos planos de aplicação do conjunto didático "Viver é Lutar", levou-se em conta este dado; apenas utilizaríamos o livro nos lugares onde o povo, pelo seu nível de conscientização, o pudesse entender.

O conflito social no Brasil, como já foi dito, alcança níveis de radicalização diversos e é impossível ignorar o grau em que ele se encontra numa área em que vamos empreender uma ação educativa. Este fato tem sido considerado na fixação dos objetivos específicos e imediatos dos programas do MEB. Nossa missão é ajudar a superar os conflitos sociais. Isto só será alcançado na medida em que os grupos se assimilam e as causas de oposição deixem de existir. Devemos reconhecer, no entanto, que, cada vez mais, os homens estão sendo levados a compreender que, somente através de soluções comuns, chegarão a ser resolvidos os problemas de cada homem.

No Brasil, a Igreja tem procurado, constantemente, ser fator de unidade, jamais de esfacelamento. O próprio MEB, como movimento nacional, é resultado do anseio de unidade da Hierarquia, expresso pela CNBB.

*

Conforme foi dito na introdução, este documento tem a finalidade de apresentar, ao Conselho Diretor do MEB, o resultado das experiências vividas no dia a dia de um trabalho ao mesmo tempo apuxante e penoso, pois o MEB exige uma dedicação sem limites, um engajamento total. Por outro lado, este documento quer significar um diálogo sobre os principais problemas do Movimento, diálogo imprescindível para a consecução dos seus objetivos e para sua adequação, cada vez maior às necessidades daqueles a quem se destina.

Finalizando, queremos reiterar, filialmente, nosso reconhecimento à CNBB pela criação do MEB, que é um autêntico testemunho da Caridade da Igreja para com as populações desfavorecidas de nosso país.

Rio de Janeiro, agosto de 1964